Alfandega do Porto—Processo n.º 29—L.º 23—A—N.º 954—Porto, 10 de maio de 1911—A Ex.ª Direcção Geral das Alfandegas—Lisboa Do Director da Alfandega do Porto.—O successivo aumento que tem tido nestes ultimos tempos a importação de encomendas postaes, reflectindo-se por forma assombrosa no serviço da respectiva casa de despacho, tem concorrido para que se encontrem actualmente, por verificar, 222 malas, o que representa um atraso de cerca de 15 dias, impossivel sem duvida de vencer, embora ali se encontrem funcionando seis mesas de verificação, a não ser mediante a adopção de providencias extraordinarias.

Nestes termos, tenho a honra de propor a V. Ex.ª, como medida de caracter provisorio, visto as acanhadas dimensões do compartimento, em que se encontra installada aquella casa de despacho, tornar irrealizavel qualq. er outro alvitre, que o seu expediente passe a ser iniciado ás sete horas da manhã, encerrando se ás cinco horas da tarde, até a completa actualização do respectivo serviço, remunerando-se, porem, o pessoal que o prestar com a gratificação diaria de 1\$200 réis, 4 horas a 300 réis, atenta á reconhecida violencia em que para elle o referido serviço, quando assim desempenhado, vae redundar.

O que tenho a honra de submeter, como me cumpre, e para os devidos effeitos, á esclarecida apreciação de V. Ex.ª—O Director, José Joaquim de Gouveia Durão.

Concordo—23 maio 1911.—José Relvas.

Conselho Superior da Administração Financeira do Estado

Secretaria Geral

2.ª Repartição

1.ª Secção

Nos termos do regimento, e para os effeitos legais, publicam-se, por extracto, os seguintes accordãos:

Luis Eduardo Jacques de Salles, na qualidade de recebedor do concelho do Cadaval, desde 1 de julho até 30 de junho de 1901, foi julgado quite por accordão do extincto Tribunal de Contas, de 31 de março de 1911, sendo a importancia do debito 107:386\$423 réis e a do credito igual quantia, comprehendendo o saldo de 18:969\$294 réis, que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: documentos de cobrança do Thesouro 10:084\$230 réis; idem, de corpos administrativos 4:844\$029 réis; valores sellados 2:834\$535 réis; em dinheiro, 1:206\$500 réis.

Antonio Nicolau de Lima Raposo, na qualidade de encarregado da estação telephonica-postal de Porto Formoso, districto de Ponta Delgada, desde 1 de julho de 1906 até 28 de fevereiro de 1907, foi julgado quite por accordão do extincto Tribunal de Contas, de 28 de junho de 1910, sendo a importancia do debito 10\$960 réis e a do credito igual quantia, comprehendendo o saldo de 4\$800 réis que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: sellos e mais formulas de franquia, 3\$200 réis; rendimento telegraphico nacional, 1\$600 réis.

Luis Goulart da Costa Junior, na qualidade de encarregado da estação telegrapho-postal da Ribeira Grande, desde 1 de agosto até 18 de novembro de 1906, foi julgado quite por accordão do extincto Tribunal de Contas de 28 de junho de 1910, sendo a importancia do debito 4:414\$007 réis, a do credito 4:398\$038 réis e o saldo de 16\$924 réis, que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: sellos e mais formulas de franquia, 9\$624 réis; sellos de porteado, 1\$600 réis; depositos e adeantamentos, 4\$000 réis; rendimento telegraphico nacional, 1\$645 réis; idem, telegraphico internacional, 55 réis; tendo o responsavel a haver da Fazenda Publica a quantia de 955 réis que a mais entregou em rendimento postal.

Carlos Alberto Vasconcellos Barros Veiga, na qualidade de encarregado da estação telegrapho postal da Ribeira Grande, desde 30 de março até 30 de junho de 1907, foi julgado quite por accordão do extincto Tribunal de Contas de 14 de junho de 1910, sendo a importancia do debito 3:886\$002 réis e a do credito 3:870\$778 réis, comprehendendo o saldo de 15\$224 réis, que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: sellos e mais formulas de franquia, 9\$624 réis; sellos de porteado, 1\$600 réis; deposito e adeantamentos, 4\$000 réis.

1.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 23 de maio de 1911.—Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire.

Verifiquei a exactidão.—Paulo de Azevedo Chaves, Chefe de Repartição.

MINISTERIO DA GUERRA

Direcção Geral

2.ª Repartição

José Marques Corpas Centeno e Emilia Augusta Fernandes requerem o credito deixado na Fazenda por Antonio Corpas Centeno, que foi segundo sargento da 5.ª companhia da circunscrição do sul da guarda fiscal, n.º 215/2:116-A, fallecido em 14 de janeiro do anno corrente, sendo o primeiro requerente na qualidade de tutor de tres filhos menores do fallecido, Arminda, Balbina e Eduardo, e a segundo como viuva do referido sargento.

Esta pretensão será definitivamente resolvida se findar sem impugnação o prazo de trinta dias de editos, a contar da data da publicação do presente annuncio.

5.ª Direcção

2.ª Repartição

1.ª Secção

Adriano Caldas Nobre da Veiga, Abilio Caldas Nobre da Veiga, Abel Caldas Nobre da Veiga, Lidia Caldas Nobre da Veiga, D. Maria Luisa Caldas Nobre da Veiga e D. Marta Caldas Nobre da Veiga, na qualidade de herdeiros de seu pae, Christovam Botelho Nobre de Barbosa e Veiga, general de divisão do quadro de reserva, fallecido em 5 de fevereiro do corrente anno, requerem o vencimento em divida deixado na Fazenda pelo referido official.

Esta pretensão será definitivamente resolvida se findar sem impugnação o prazo de trinta dias de editos, a contar da publicação do presente annuncio.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS

Gabinete do Ministro

Tendo já sido apresentado o resultado do inquerito dos factos anormaes passados no Arsenal da Marinha, no dia 7 de abril proximo passado: manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro da Marinha e Colonias, exonerar d'essa commissão o juiz de direito Dr. Alberto Aureliano da Silveira Costa Santos, e o seu secretario Armando Nobre, e bem assim louvar aquelle magistrado pelo zelo e intelligencia com que se desempenhou do referido encargo.

Paços do Governo da Republica, em 22 de maio de 1911.—O Ministro da Marinha e Colonias, Amaro de Azevedo Gomes.

Administração dos Serviços Fabris

Considerando que é uma justa aspiração do operariado o melhorar as suas condições economicas, quando do seu trabalho progressivo resultem vantagens para a industria nacional quer do Estado quer particular;

Considerando que numa e outra se tem recentemente dado um aumento de salarios;

Considerando, por fim, que nesta orientação de ha muito se impunha a necessidade de revisão dos quadros e vencimentos do diverso pessoal da Administração dos Serviços Fabris:

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São approvadas as alterações ao regulamento da Administração dos Serviços Fabris que fazem parte integrante d'este decreto com força de lei e baixam assinadas pelo Ministro da Marinha e Colonias.

Art. 2.º Ficam por este decreto, com força de lei, revogados os artigos 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º, 22.º, 23.º, 27.º, 29.º, 30.º, 31.º, 34.º, 35.º, 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, 57.º, 58.º, 59.º, 60.º, 61.º, 62.º, 63.º, 64.º, 65.º, 66.º, 67.º, 68.º, 69.º, 70.º, 71.º, 72.º, 79.º, 82.º, 83.º, 84.º, 85.º, 129.º, 130.º, 131.º e annexos n.ºs 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do regulamento da Administração dos Serviços Fabris de 12 de janeiro de 1908.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 22 de maio de 1911.—Joaquim Theophilo Braga—Antonio José de Almeida—Affonso Costa—José Relvas—Antonio Xavier Correia Barreto—Amaro de Azevedo Gomes—Bernardino Machado—Manuel de Brito Camacho.

Alterações ao regulamento da Administração dos Serviços Fabris

TITULO III

CAPITULO I

Pessoal fabril das direcções de trabalhos

Artigo 1.º O pessoal fabril será repartido em 4 grupos, que se subdividirão em categorias e em classes, segundo a natureza das profissões exercidas e merito individual pela ordem indicada no quadro seguinte:

Grupo A.

Mestres;
Contra-mestres.

Grupo B:

Operarios-chefes:
1.ª categoria { 1.ª classe.
2.ª classe.
3.ª classe.

Capatazes:
2.ª categoria { 4.ª classe.
5.ª classe.
6.ª classe.

Operarios especializados:

1.ª categoria { 1.ª classe.
2.ª classe.
3.ª classe.

2.ª categoria { 4.ª classe.
5.ª classe.
6.ª classe.

3.ª categoria { 7.ª classe.
8.ª classe.
9.ª classe.
10.ª classe.

Trabalhadores:

3.ª categoria { 7.ª classe.
8.ª classe.

Grupo C:

Aprendizes . . . { 1.ª classe.
2.ª classe.
3.ª classe.
4.ª classe.

Grupo D.

Operarios especializados:

1.ª categoria { 1.ª classe.
2.ª classe.
3.ª classe.

2.ª categoria { 4.ª classe.
5.ª classe.
6.ª classe.

3.ª categoria { 7.ª classe.
8.ª classe.
9.ª classe.
10.ª classe.

Trabalhadores:

3.ª categoria { 8.ª classe.
9.ª classe.

Grupo A.—Este grupo comprehenderá a mestrança na qual não figurarão senão mestres e contra-mestres, cujo quadro é o seguinte:

Grupo A—Direcção das Construções Navaes

Officinas	Mestres	Contra-mestres
Carpinteiros de machado	1	1
Carpinteiros de moldes, torneiros poleseiros	1	—
Carpinteiros de branco	1	1
Construções navaes de ferro	1	1
Installações electricas	1	—
Pintores	—	1
Machinas	—	2
Caldeiras de vapor	1	1
Ferraria	1	1
Serralheiros civis	—	1
Fundições	1	1
Caldeiros de cobre e funileiros	1	—
Apparelho	—	1

Direcção da Fabrica Nacional de Cordoaria

Velame	—	1
Cordame	—	1
Material para limpezas	—	1
Fiação e tecidos	1	—
Bandeiras e costuras	—	1

Grupo B.—Este grupo comprehende o pessoal dos quadros que é constituido por operarios-chefes, capatazes, operarios, operarias, ajudantes das diversas especialidades, fogueiros, chegadores, trabalhadores e pessoal do troço do mar: patrões de embarcações, cabos da ponte e marinheiros.

Os operarios-chefes são os de merito mais comprovado e mais dignos de confiança pela sua seriedade e comportamento. A estes operarios chefes incumbe a direcção de grupos de operarios, mas continuam a estar sujeitos á disciplina commum a todo o pessoal fabril da Direcção a que pertencerem.

A autoridade de que são revestidos, em relação aos operarios que dirigirem na execução dos trabalhos, é meramente a de chefes de grupos e não constitue para elles nem direitos nem deveres identicos aos dos agentes technicos e da mestrança.

A proporção dos operarios-chefes, em relação ao effectivo dos grupos B e D, é de 3 0/0.

Quando as circunstancias o exigirem, os operarios-chefes poderão ser encarregados da vigilancia de trabalhos e dispensados, se isso for necessario, de trabalho manual; essa dispensa, porem, só será concedida pelos directores e unicamente em casos muito excepcionaes.

Todos os outros individuos do pessoal operario serão obrigados ao trabalho manual.